



A contribuição da Secretaria Estadual de Desenvolvimento Rural, Pesca e Cooperativismo no fomento dos sistemas agroflorestais no Rio Grande do Sul
The contribution of the Secretariat for Rural Development, Fisheries and Cooperativism in the promotion of agroforestry systems in the state of Rio Grande do Sul

CASTRO, Biane de¹; VAZ, Sabrina Milano²; GRABHER, Cristina³; IKUTA, Agda Regina Yatsuda⁴; LEMOS, Helen Di Franco⁵; LOPES, Marlo Markus⁶

¹ UERGS, biane-castro@uergs.edu.br; ² SEAPI-RS, smilanovaz@gmail.com; ³ SEMA-RS, cristinagrabher@hotmail.com; ⁴ SDR-RS, agdareginay@gmail.com; ⁵ EMATER-RS/ASCAR, hlemos@emater.tche.br; EMATER-RS/ASCAR, mmlopes@emater.tche.br⁶

RESUMO EXPANDIDO

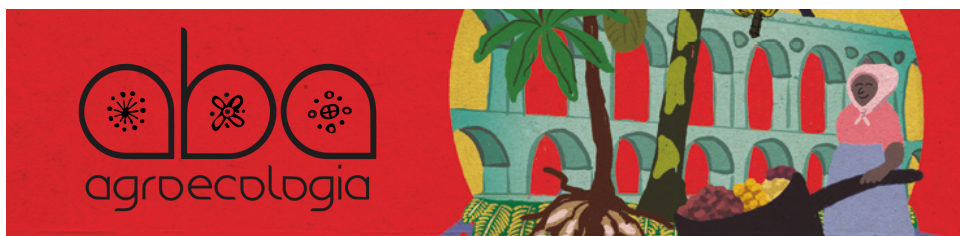
Eixo Temático: Políticas Públicas e Agroecologia

Resumo: A partir da conjuntura político-administrativa do período de 2011 a 2014, analisaram-se as principais ações desenvolvidas pela Secretaria de Desenvolvimento Rural e Cooperativismo, por meio da criação do Programa de Agricultura de Base Ecológica, relacionadas ao fomento dos sistemas agroflorestais no Rio Grande do Sul. Os financiamentos das Unidades Produtivas de Sistemas Agroflorestais, apoiados pelo Fundo Estadual de Apoio ao Desenvolvimento dos Pequenos Empreendimentos Rurais, foram estratégias utilizadas no fomento à implantação de novos sistemas agroflorestais ou áreas já manejadas. Explicitou-se como se deu o processo de formação da Câmara Técnica de Agroecologia e a sua contribuição na formulação e execução de ações de fomento. Também se evidenciou a importância do poder público ter acesso à sistematização das demandas e experiências em torno de 1400 participantes entre agricultores familiares, técnicos e representantes da sociedade civil e de prefeituras.

Palavras-chave: políticas públicas; agricultura familiar; câmara técnica de agroecologia.

Introdução

A criação da Secretaria Estadual de Desenvolvimento Rural, Pesca e Cooperativismo do Rio Grande do Sul (SDR-RS), em janeiro de 2011 (Decreto nº 48.012), veio com o propósito de desenvolver políticas públicas para os diferentes públicos especiais do meio rural. Tinha por missão a promoção do desenvolvimento rural com ênfase numa melhor qualidade de vida e na produção de alimentos de base agroecológica. Este tema foi assumido pelo Departamento de Agricultura Familiar – DAF, coordenado pelo Núcleo de Agroecologia. Neste contexto, o Programa de Agricultura de Base Ecológica (PABE) foi criado por um grupo de técnicos da SDR-RS e EMATER-RS, recebendo contribuições da sociedade civil, em especial de Organizações Não Governamentais (ONGs) voltadas à agroecologia, e por meio da realização de algumas audiências públicas. O referido



Programa foi institucionalizado pelo Decreto Nº 51.617 de 04 de julho de 2014, que regulamenta a Lei da Política Estadual de Agroecologia e Produção Orgânica (Lei Nº 14.486 de 31 de janeiro de 2014).

As diretrizes do PABE eram: potencializar a diversificação das atividades produtivas como alternativa de geração de renda e produção de alimentos, promovendo a segurança alimentar e nutricional; incentivar a transição para sistemas de produção de base ecológica, promovendo o uso sustentável dos componentes da biodiversidade, considerando além do seu valor econômico, também os valores ambientais, sociais e culturais intrínsecos da biodiversidade. O público beneficiário era composto por agricultores familiares, povos indígenas e integrantes de comunidades remanescentes de quilombo. As Unidades Produtivas de Sistemas Agroflorestais (UPAs) eram entendidas como unidades que visam apoiar sistemas produtivos biodiversos que contemplassem, no mínimo, um componente arbóreo e que privilegiassem: araucária, palmito juçara, bananeira, butiazeiro, erva-mate, citros e frutíferas nativas em geral. Estas espécies foram sugeridas como opção para integrar o componente arbóreo com o objetivo de indicar alguns modelos de SAFs que vinham sendo utilizados em diferentes regiões do Rio Grande do Sul. O PABE criou uma modalidade específica de financiamento para implantação de novos sistemas agroflorestais ou para viabilizar práticas para o incremento arbóreo ou outras melhorias em sistemas agroflorestais já existentes e com potencial produtivo.

No que diz respeito aos sistemas agroflorestais, como forma de uso e ocupação do solo em que o componente arbóreo é manejado em associação com culturas agrícolas, o extrativismo sustentável e o cultivo de frutíferas nativas, estes eram considerados atividades produtivas importantes pelo Programa, tendo em vista as diferentes possibilidades de uso dos produtos da sociobiodiversidade dentro de uma perspectiva de geração de renda e conservação ambiental. Assim, o objetivo desse trabalho foi identificar as estratégias utilizadas pelo PABE no fomento a sistemas agroflorestais, relatando a formulação e execução de ações que contribuíram na qualificação e consolidação das políticas públicas.

Metodologia

A partir da conjuntura político-administrativa do período de 2011 a 2014, analisaram-se as principais ações desenvolvidas pela SDR-RS, por meio da criação do PABE, relacionadas ao fomento dos SAFs no Rio Grande do Sul. Em relação à lei que criou a Política Estadual de Agroecologia e Produção Orgânica em vigência, posterior ao PABE, é importante esclarecer que a mesma foi de iniciativa do Poder Legislativo, e coube a SDR-RS a sua regulamentação por meio do Núcleo de Agroecologia.

Para alcançar o objetivo da pesquisa, tendo em vista que parte dos autores deste trabalho integraram a equipe do Núcleo de Agroecologia da SDR-RS, atuando



ativamente no processo de criação e execução desta política pública pela Observação Participante. A partir da definição política dos gestores em apoiar a agroecologia com disponibilização de recursos humanos e financeiros, esta equipe foi responsável pela efetivação das ações do PABE.

Como parte da estratégia de planejamento das ações voltadas a esta política pública, foram realizados 10 Seminários Regionais do PABE, envolvendo em torno de 1400 participantes entre agricultores familiares, técnicos e representantes da sociedade civil e de prefeituras (IKUTA *et al.*, 2013). Os Seminários Regionais tiveram o propósito de oportunizar a reflexão e troca de informações entre os atores sociais envolvidos com a agricultura de base ecológica e abrangeram as 12 regiões administrativas (ESREGs) adotadas pela EMATER-RS/ASCAR. A partir dos eixos de discussão voltados às temáticas produção, organização dos agricultores e comercialização dos produtos agroecológicos foram debatidas a situação atual da agroecologia nas diferentes regiões e possíveis ações de nível local, regional e estadual para apoiar o público beneficiário envolvido neste processo. Foi realizado um levantamento das estratégias utilizadas pelo PABE no fomento a sistemas agroflorestais e formas de apoio, relatando a formulação e execução de ações de fomento de SAFs que contribuíram na qualificação e consolidação das políticas públicas.

Resultados e Discussão

Em 2010, durante o “Seminário Técnico de Frutas Nativas do Rio Grande do Sul: Manejo, Beneficiamento e Comercialização” organizado pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), foi elaborado um Documento Final com a participação de agricultores e entidades públicas e da sociedade civil, demandando um posicionamento dos gestores públicos em relação às dificuldades de produção, comercialização e beneficiamento de frutas nativas.” Este documento foi entregue no início da gestão da SDR-RS e solicitada uma reunião com o secretário desta pasta com o propósito de expor a trajetória do grupo e suas demandas. A partir dessa reunião, criou-se informalmente o Grupo de Trabalho (GT) Frutas Nativas composto por técnicos, pesquisadores e extensionistas.

No decorrer de 2011, o projeto "Fortalecimento das Agroflorestas no Rio Grande do Sul: formação de redes, etnoecologia e segurança alimentar e nutricional (CNPq/MDA 2011- 2013)", coordenado pelo Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural/UFRGS, realizou duas reuniões técnicas, uma sobre manejo agroflorestal e outra sobre beneficiamento, quando foram sistematizadas muitas das demandas dos agricultores familiares e demais públicos envolvidos com o manejo e uso de espécies nativas. Estas questões foram levadas e debatidas com os participantes do GT Frutas Nativas e entendeu-se que a questão ambiental era prioritária num primeiro momento. As demandas levantadas foram inseridas no PABE, coordenado pela SDR-RS. Na mesma época, tendo em vista o acúmulo de discussão da importância de outras espécies nativas, bem como dos sistemas



agroflorestais, começou-se a questionar o nome do GT Frutas Nativas. Desta forma, os integrantes do GT optaram por ampliar seu escopo, abrangendo além das frutas nativas, os produtos da sociobiodiversidade, não priorizando uma ou outra cadeia ou produto. Assim, o GT passou a ser denominado como GT Produtos da Sociobiodiversidade, estruturado em eixos temáticos ou Subgrupos de Trabalho: Manejo; Beneficiamento e Comercialização; Pesquisa; e Redes.

Em meados de 2012, o Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável – CEDRS cria a Câmara Técnica Permanente de Agroecologia (CTAGRO) onde é realocado o GT Produtos da Sociobiodiversidade. O referido Conselho foi criado pelo Decreto N° 48.787, de 30 de março de 2012 e revogado em 2013 pela Lei 14.245. Desta forma, a CTAGRO é criada com o objetivo de promover sistemas agroecológicos que contemplassem os produtos da sociobiodiversidade e ações afins.

Ao longo de dois anos, 2012 e 2013, dedicou-se à compreensão da legislação ambiental, contribuindo com o DEFAP/SEMA-RS na identificação dos condicionantes legais para a regularização da implantação e do manejo de sistemas agroflorestais para a agricultura familiar e comunidades tradicionais no estado. A partir da ampla discussão, criou-se um modelo de autorização unificado (originalmente eram 13 formulários), sendo denominado “Formulário para requerer certificação de áreas visando à implantação de sistemas agroflorestais de base ecológica”. Visando orientar agricultores familiares, técnicos, instituições da extensão rural e órgãos licenciadores sobre os procedimentos necessários para licenciar áreas agroflorestais com espécies nativas, a EMBRAPA Clima Temperado elaborou uma cartilha sobre o licenciamento de áreas agroflorestais no Rio Grande do Sul. Essa certificação trouxe segurança jurídica, permitindo que o órgão ambiental se aproximasse das práticas realizadas no campo, e monitorasse os impactos dessas atividades humanas na natureza.

Em novembro de 2012, realizou-se o I Seminário Estadual em Agroflorestas e II Seminário de Frutas Nativas, evento que integrou as ações do projeto “Fortalecimento das Agroflorestas no Rio Grande do Sul: formação de redes, etnoecologia e segurança alimentar e nutricional (CNPq/MDA 2011- 2013)”, coordenado pelo PGDR/UFRGS. Este seminário foi precedido de seis encontros em diferentes regiões do estado quando se levantaram as diferentes questões relacionadas às agroflorestas. Como resultado da sistematização das demandas dos agricultores familiares e populações tradicionais presentes no evento, elaborou-se o documento “Carta das Agroflorestas e Frutas Nativas do Rio Grande do Sul 2012”.

No início de 2013, discutiu-se a viabilidade em financiar projetos de SAFs, considerando as normas específicas que regulam o FEAPER/RS. Desta forma, optou-se por um conceito mais amplo de SAF, sugerindo os tipos de insumos que poderiam ser financiados e o valor necessário para sua implantação. As informações obtidas no I Seminário Estadual em Agroflorestas e II Seminário de



Frutas Nativas favoreceram o processo de tomada de decisão, havendo o lançamento de uma linha de financiamento de SAFs no estado. Dos 35 projetos de Unidades Produtivas de SAFs financiados pela SDR-RS em 2013, 16 projetos foram elaborados e executados pela EMATER-RS e 19 por ONGs.

Houve uma redução na procura por financiamentos de Unidades Produtivas de SAFs em 2014, mesmo sendo parcialmente subsidiados pelo Estado para beneficiários com projetos técnica e financeiramente adimplentes. Dos 16 financiamentos dessa modalidade, nove Unidades Produtivas de SAFs foram assistidas pela EMATER-RS.

Na região Sul do RS, a EMBRAPA Clima Temperado desempenhou importante papel neste processo de fomento aos SAFs através do projeto “Construção participativa de sistemas agroflorestais sucessionais no território Sul, RS (Serra do Sudeste)”. Essa iniciativa fomentou o desenvolvimento de atividades de capacitação de técnicos e agricultores, seja em parceria com a ONG Centro de Apoio ao Pequeno Agricultor (CAPA) ou com a EMATER-RS, como no apoio técnico para a elaboração e o acompanhamento das Unidades Produtivas de SAFs financiados pela SDR-RS.

Na Região Noroeste do Estado, contou-se com a parceria da ONG Associação Regional de Educação, Desenvolvimento e Pesquisa (AREDE) na condução dos projetos de Unidades Produtivas de SAFs.

Em 2013, a Ação Nascente Maquiné (ANAMA) elaborou e acompanhou a execução de projetos de implantação e enriquecimento de SAFs no Litoral gaúcho (banana e açaí-juçara).

A partir do acúmulo de conhecimento e das linhas de ações dos projetos acompanhados pelo Centro de Tecnologias Alternativas Populares (CETAP), essa entidade pôde assistir projetos de SAFs nas regiões do Médio Alto Uruguai, Norte, Nordeste e Produção em 2013 e 2014.

Outra linha de financiamento disponibilizada pela SDR-RS, por meio do FEAPER/RS, e que contribuiu indiretamente para o estabelecimento e consolidação dos SAFs foram os projetos de Unidades Produtivas de Base Ecológica. Isso foi possível mediante a modalidade de crédito Sistemas de Agregação de Valor à Produção e Melhorias Ambientais da Propriedade, a qual apoiou a aquisição de equipamentos para a conservação e o processamento de alimentos, principalmente voltada para frutas nativas oriundas de SAFs.

Destacam-se alguns convênios entre a SDR e o CETAP e o Centro Ecológico, visando a realização de atividades de capacitação de agricultores, construção de um viveiro de produção de mudas de espécies nativas com o objetivo de viabilizar a distribuição de mudas para os agricultores. Também foi elaborada a cartilha “Sistemas Agroflorestais: Produção de Alimentos em Harmonia com a Natureza”.



Conclusões

As ações do PABE voltadas aos SAFs, no recorte temporal desse trabalho, tiveram resultados positivos mesmo sendo pontuais e iniciais. A sistematização de demandas dos agricultores agroecológicos e técnicos a partir da elaboração de documentos de eventos realizados sobre os SAFs e frutas nativas foram essenciais para subsidiar o convencimento dos gestores públicos. O fato de haver uma série de ONGs com acúmulo de conhecimento em agroecologia, e com experiências concretas em SAFs contribuiu para a qualificação das ações do PABE, bem como a identificação do público beneficiário. Por outro lado, o trabalho desenvolvido pela CTAGRO favoreceu a aproximação entre órgãos públicos municipais, estaduais e federais, viabilizando ações entre as diferentes esferas, bem como a aproximação com as ONGs e a EMATER-RS/ASCAR potencializando os resultados alcançados. A estrutura político-administrativa proporcionada pela criação da SDR-RS e do CEDRS-RS qualificou as ações propostas pela própria Secretaria e das entidades parceiras da agroecologia. O processo relatado demonstra que a articulação entre agricultores familiares, técnicos, pesquisadores e poder público favoreceu a construção de ações alinhadas às demandas dos agricultores.

Referências bibliográficas

IKUTA, Agda Regina Y.; ENDERLE, Armando T.; CASTRO, B.; MAGIERO Emanuelle C.; LEMOS, Helen F.; VAZ, Sabrina M. 1º Encontro Estadual do Programa de Agricultura de Base Ecológica - PABE. Porto Alegre: SDR-RS, 2013. 30p.

RIO GRANDE DO SUL. **Decreto nº 48.012, de 01 de maio de 2011.** Dispõe sobre a estrutura básica da Secretaria de Desenvolvimento Rural, Pesca e Cooperativismo. Disponível em: <<http://www.al.rs.gov.br/filerepository/repLegis/arquivos/DEC%2048.012.pdf>>. Acesso em: 02 dez. 2014.

RIO GRANDE DO SUL. **Decreto nº 48.787, de 11 de janeiro de 2012.** Institui o Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável - CEDRS. Disponível em: <http://www.al.rs.gov.br/legis/M010/M0100099.ASP?Hid_Tipo=TEXT0&Hid_TodasNormas=57268&hTexto=&Hid_IDNorma=57268>. Acesso em: 11 jan. 2012.

RIO GRANDE DO SUL. **Decreto nº 51.617, de 07 de julho de 2014.** Regulamenta a Política Estadual de Agroecologia e de Produção Orgânica e cria o Programa Estadual de Agricultura de Base Ecológica e o Comitê Gestor da Política Estadual de Agroecologia e de Produção Orgânica e do PABE. Disponível em: <http://www.al.rs.gov.br/legis/M010/M0100099.ASP?Hid_Tipo=TEXT0&Hid_TodasNormas=61085&hTexto=&Hid_IDNorma=61085>. Acesso em: 22 dez. 2014.

RIO GRANDE DO SUL. **Lei nº 14.486, de 31 de janeiro de 2014.** Institui a Política Estadual de Agroecologia e de Produção Orgânica e dá outras providências. Disponível em: <http://www.al.rs.gov.br/legis/M010/M0100099.ASP?Hid_Tipo=TEXT0&Hid_TodasNormas=61085&hTexto=&Hid_IDNorma=61085>. Acesso em: 25 jan. 2015.